

Idéia da estatização já começa a cair

Constituinte



Até onde chega a influência dos governadores

Freitas Nobre

Na Constituinte, um governador vale mais que um grupo de 5, 10 ou 30 parlamentares, especialmente quando pertencente ao mesmo grupo do seu antecessor.

E como essa influência é exercida?

Ela começa com a eleição.

Cada governador e seu candidato concentraram a máquina, os recursos, a influência, em favor de alguns nomes. Estes, em geral, saídos da maior intimidade. Em alguns Estados o irmão, a mulher, o filho; o sobrinho, quando não havia o impedimento legal direto ou o agregado, em geral mais submisso que o parente.

A ação dos governadores, para não nos distrairmos com a operacionalidade da máquina da União, dos Municípios e dos Territórios, obtém, agora, na Constituinte, os seus resultados com sua bancada fiel ou captando os que os antecessores elegeram.

É claro que o governador que elegeu nem sempre consegue amarrar o compromisso pré-eleitoral, até porque, criando asas, o parlamentar abandona, muitas vezes, o ninho, e emigra fácil para terras mais quentes, à maneira da árvore que vai dar frutos no quintal alheio...

Mas, não há dúvida que exerce sobre a bancada do seu Estado, às vezes até com mão-de-ferro, uma liderança predominante. É aí que vem a força para a negociação, tanto na área privada em razão de interesses vários, como junto à área oficial, marcando presença na formação do Ministério e na composição dos escalões intermediários.

E nessa ação direta do governador junto às bancadas, entre os temas em debate na Constituinte, anotamos três deles que estão mais de perto ligados ao interesse dos chefes de Executivo: o sistema de governo, o período do mandato e a reforma tributária.

O governador Orestes Quércia, com mais respaldo hoje na nova bancada que o governador Montoro na anterior, tem-se atualizado em constantes reuniões com os parlamentares federais.

Uma das armas utilizadas pelos governadores é a substituição dos titulares por suplentes, toda vez que existe o risco de uma "indisciplina" dos substitutos. Nessas ocasiões, ou o substituto vota de acordo com o interesse do governador, ou o titular retorna, ainda que por alguns dias, ou até por algumas horas, ao exercício do posto para fazer valer a vontade do chefe do Executivo.

Amigos, amigos

Dessa prática não escampam sequer as Câmaras Municipais, ou melhor, são elas as que mais sofrem essa migração sui generis que descaracteriza a função legislativa e avilta a ação do Executivo.

Com exceção do governador de Sergipe, Antonio Carlos Valadares, (PFL) que derrotou o candidato do PMDB, mas que já se declarou em dissidência com a cúpula pefelista, os demais se filiam à legenda de

Ulysses Guimarães, mas apresentam aspectos originais e pessoais de atuação administrativa e política.

No Maranhão, o governador Epitácio Cafeteira, antigo inimigo do presidente Sarney, a ponto de se enfrentarem em ações penais no Supremo Tribunal Federal, é, hoje, o mais firme e ostensivo companheiro do chefe da Nação. É claro que na bancada federal do Maranhão, o presidente conta com a presença do filho — deputado Sarney Filho — que tem um excelente trânsito nas demais representações estaduais e, juntamente com o governador do seu Estado, assegura uma base sólida ao pai, para o qual continua defendendo os 6 anos de mandato.

Exemplificando com o Ceará, fica difícil ao governador Tasso Jereissati discordar do presidente da República, podendo até mesmo ficar com as decisões da cúpula peemedebista se estas coincidirem com a orientação do chefe da Nação.

Já com o governador Arraes, que em certa época de divisão ideológica do partido Tancredo considerava a representação mais radical ("O PMDB de Tancredo não é o de Arraes"), a situação é de característica mais independente.

E não esqueçamos que existe uma profunda ligação partidária e de amizade pessoal entre Arraes e Pedro Simon. Um não decide absolutamente nada de importância nacional sem que o outro, pelo menos, seja ouvido. E, para Arraes, há uma outra importante alavanca com muita tradição na resistência democrática e na formação partidária, o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos.

Na linha de Pedro Simon que é, até certo ponto, a de Arraes, é possível incluir os governadores Max Mauro, do Espírito Santo; Alvaro Dias, do Paraná e Carlos Bezerra, de Mato Grosso.

Waldir Pires, Henrique Santillo e Jerônimo Santana podem alinhar-se a uma posição mais progressista ou mais avançada, influenciando nas respectivas bancadas, mas já agem com maior desenvoltura, usando, mais que os outros, o travesseiro.

Numa consulta a um dentista em Brasília, que faz questão de destacar os serviços que prestou à primeira dama, Maria Tereza, no governo João Goulart, tive ocasião de indagar a respeito de uma dentadura que ficava estrategicamente exposta em seu consultório e que lembrava a figura de Drácula no momento das agressões vampírescas.

E o dr. Jônio, mostrando que mesmo os governadores tiveram seus momentos de fraqueza nas disputas eleitorais, esclareceu: "É uma dentadura de campanha eleitoral, porque meu cliente tem preocupação de muito respeito com a periferia na Capital do seu Estado, onde são tão poucos os que conservam, seus dentes e que estranhariam uma peça luzidia e perfeita como a que costumam fazer para meus fregueses..."

Mas há governadores como o de Rondônia, Jerônimo Santana, que foi deputado federal e que na época difícil da ditadura foi um extraordinário resistente.

Certa vez, levou companheiros para um comício no auge da repressão, em Porto Velho. Pela madrugada, cerca de 3 horas, bateu à porta, convocando os companheiros para a concentração. Estes imaginaram que Jerônimo Santana era um sonâmbulo. Mas tudo não passava de uma estratégia. Do alto, olhando o rio, apinhado de gente, Jerônimo explicou:

— É esta a hora do comício. As autoridades saíram das casas de jogo e dos prostíbulos onde beberam uísque contrabandado, e os policiais estão dormindo...

O anteprojeto para o capítulo dos Princípios Gerais da Economia na futura Constituição, elaborado pelo relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA) com características estatizantes e mecanismos de restrição ao capital estrangeiro, começará a ser derrubado amanhã, último dia do prazo para apresentação de emendas.

Senna, acusa seus companheiros na subcomissão, desconheceu a quase totalidade das propostas apresentadas e recusou a grande maioria das opiniões colhidas durante as audiências públicas, elaborando um documento que reflete seu pensamento pessoal e de um grupo minoritário dentro de seu próprio partido.

O raciocínio, defendido por constituintes de vários partidos, toma por base que a maior parte das propostas apresentadas para regulamentação da economia na nova ordem constitucional são de cunho liberal — assim como a maioria dos convidados para as audiências públicas, que tiveram seus nomes aprovados por votação na subcomissão —, expressando claramente que esta é a tendência do maior número de seus componentes.

Dos 23 membros da subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica, pelo menos 14 são claramente favoráveis ao liberalismo econômico, e não mais de seis defendem uma dose maior do controle do Estado sobre a economia e sobre todas as atividades da sociedade. Entre estes, destacam-se o próprio relator Virgildásio de Senna, a deputada socialista Beth Azize (PSB-AM), o petista Vladimir Palmeira (RJ) e Luís Salomão (PDT-RJ).

Destacam-se como representantes do pensamento liberal o próprio presidente da subcomissão, o ex-ministro Delfim Netto, que hoje penitencia-se publicamente dos excessos que cometeu quando tinha o poder de intervir para justificar a necessidade de limitar a ação do Estado, o também ex-ministro Roberto Campos, e nomes como o de Afif Domingos, Albano Franco, Antonio Carlos Franco, Irapuan Costa Júnior, Renato Johnsson, Roberto Jefferson e Rubem Medina.



Delfim

Campos

Desmontado

Embora o regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte (preparado pelo grupo do senador peemedebista Fernando Henrique Cardoso e a esquerda do partido, justamente para favorecer suas teses) não permita que as emendas substituam integralmente o anteprojeto do relator, este deverá ser desmontado ponto a ponto, em seus 20 artigos, 16 itens e 23 parágrafos, pela maioria da subcomissão. Todo o título que engloba, na atual Constituição, as disposições sobre a Ordem Econômica e Social, dispõe de não mais de 14 artigos.

Esta é a intenção dos classificados como "liberais", que não concordam inclusive com o excessivo detalhismo do anteprojeto de Senna, em que todas as funções do Estado são ampliadas — desde o segundo artigo, em que subordina a ordem econômica ao "planejamento democrático indicativo para o setor privado e imperativo para o poder público", o que abre a possibilidade de que o governo venha a se imiscuir inclusive nas decisões internas das empresas, decidindo o que e como deve produzir, atualizando tal ou qual tecnologia.

Ao mesmo tempo em que, no mesmo artigo, coloca o Estado como agente econômico, através de suas estatais, Senna propõe a "defesa e fortalecimento da empresa nacional", o que foi considerado um contrassenso pelo grupo liberal, que pretende manter o Estado com funções supletivas e

emergenciais na economia, atuando como regulador e fiscalizador de acordo com legislações democráticas, e não como agente produtivo, papel para o qual tem se demonstrado incapaz.

A flexibilidade que a proposta de Senna dá ao tratamento do capital estrangeiro por parte de governos eventuais, segundo os liberais, afugentará este capital e os benefícios que poderia trazer para o crescimento do País. O texto do relator abre a possibilidade de que um governo de maioria esquerdista, com tempo limitado de permanência no poder diante da possibilidade democrática de alternância, desestabilize completamente a economia do País.

"Aberrações"

Outra crítica veemente dos liberais ao anteprojeto do relator da subcomissão de Princípios Gerais da Economia é a de que, ao lado de transformar o Estado em agente produtivo e liberar as estatais para a plena concorrência com o setor privado nacional e estrangeiro, mantém a este mesmo Estado — portanto, concorrente —, o poder de vedar às outras empresas a atuação em determinadas áreas econômicas. Isto significaria o domínio completo do mercado — conceito, aliás, transformado em "patrimônio" coletivo, outra das "aberrações" apontadas pelos liberais.

Prevêem os liberais, no entanto, dificuldades para manter maior liberdade no mercado financeiro, uma vez que o momento crítico atual coloca os bancos e instituições financeiras como grandes vilões da situação, sendo dos poucos setores que estão conseguindo lucro e são beneficiários de uma das mais violentas concentrações de renda da história do País. Ideologicamente, gostaríamos os liberais que houvesse maior equilíbrio no mercado financeiro, para que este pudesse ser regido basicamente pela oferta da lei e da procura. A conjuntura, no entanto, favorece de tal modo o setor financeiro, que a liberalização maior provocaria maior desequilíbrio e domínio muito grande da economia por este setor.

Murilo Murça

Mais contestações à jornada de 40 horas

Bastou o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, hostilizar a hipótese da jornada de trabalho de 40 horas, para se acentuar, dentro do próprio Congresso, a oposição ao relatório da subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos. A queixa principal, que só exclui os constituintes do PT, PCB e PC do B, é que a proposta praticamente ignorou as condições econômicas e sociais do País, na defesa de pontos distantes da realidade. Pelo relatório, os trabalhadores seriam pagos com salário

mínimo suficiente para todas as necessidades sem trabalhar além de oito horas diárias, além do direito ilimitado a greves e participação nos ganhos da empresa, entre outros benefícios. Da parte do governo a oposição surgiu nas declarações do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, contrário à aposentadoria antes dos 55 anos de idade. Segundo o relator da subcomissão, Mário Lima (PMDB-BA), os pontos mais contestados são exatamente os mais reivindicados nas 1.395 propostas recebidas pela subcomissão.

Em defesa do direito à informação

"O direito à informação deve ser assegurado na sua plenitude pela nova Constituição, sem qualquer tipo de restrição", disse ontem ao **Jornal da Tarde** o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Assis Baeta.

Ele criticou a limitação do direito do cidadão à informação colocada no anteprojeto de Carta Magna elaborada pela comissão presidida pelo senador Afonso Arinos, e já extinta. E louvou o fato de o governo federal não ter enviado à Constituinte o documento, "porque ele teve outros equívocos e não só este relativo à liberdade de imprensa".

Baeta reconhece que a liberdade de imprensa não é algo de interesse apenas dos jornalistas, mas de cada cidadão, na medida em que se caracteriza como um dos direi-

tos fundamentais da cidadania. Sem ele assegurado, o exercício da soberania fica, assim, comprometido.

Não tem sentido, portanto, para o advogado, a proposta da Comissão Afonso Arinos para que seja estabelecida a censura à imprensa nos períodos de "estado de alarme" (o novo nome do "estado de emergência", adotado durante o regime militar) e de "estado de sítio", que contava com o mais irrestrito apoio da ditadura do Estado Novo. Baeta admitiu até mesmo que o ideal seria não haver nem a previsão na Constituição de "estado de alarme" e "estado de sítio".

O advogado concordou com a tese defendida durante as reuniões da extinta comissão Afonso Arinos pelo professor Miguel Reale Jr. de que

é precisamente nos momentos em que as garantias do cidadão ficam ameaçadas, como no "estado sítio", que o direito à informação torna-se ainda mais fundamental.

"Porque nestes momentos, mais forte, o Estado pode cometer excessos. E o exemplo e até a má tradição brasileira é precisamente esta. Então, por que limitar a liberdade de imprensa e o direito à informação exatamente nestas ocasiões", indagou o advogado.

O exemplo da França, assim como o da Inglaterra, servem para o Brasil, segundo Baeta, tal como o dos Estados Unidos, país em que o direito à informação é também assegurado na sua plenitude. Ele reconheceu que a divulgação pelo **O Estado de S. Paulo** e pelo **Jornal da Tarde**, de prisões políticas durante o regi-

me militar contribuíram em muito para mostrar os excessos do regime. E é exatamente este problema, entre outros, que pode ser mostrado à opinião pública, quando a imprensa cumpre seu papel de esclarecer a realidade, "tal como estes dois jornais fizeram naquelas ocasiões, em que as garantias individuais estavam ameaçadas", lembrou o advogado.

Na França, nos acontecimentos de maio de 1968, o presidente de Gaulle, considerado por muitos um autoritário, não limitou a liberdade de imprensa. Na ocasião, o então diretor da seção de sociologia da Europa da Escola Prática de Altos Estudos da Sorbonne, disse para o repórter que "a liberdade de imprensa e absolutamente essencial, e através dela é que uma sociedade pode, inclusive, se defender".